



ESTADO DO CEARÁ

MENSAGEM Nº.7.412, de 15 de outubro de 2012.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à consideração dessa Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e aprovação, o Projeto de Lei que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2013, em cumprimento ao disposto nos Arts. 88, inciso III e 203, § 3º, inciso VI, da Constituição Estadual, e nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados e Municípios e do Distrito Federal e, ainda, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

O presente Projeto de Lei compreende o orçamento fiscal, referente aos três Poderes Estaduais, Ministério Público, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta e empresas estatais dependentes, incluindo-se as fundações legalmente instituídas e mantidas pelo Poder Público. Além disso, contempla ainda o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos estaduais a ela vinculados, da administração direta e indireta, e o orçamento de investimento das empresas controladas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social votante.

A proposta orçamentária de 2013 está estimada em R\$ 19.521,5 milhões, sendo destinado ao Orçamento Fiscal o montante de R\$ 14.947,0 milhões, ao Orçamento da Seguridade Social, R\$ 4.358,1 milhões, e ao Orçamento das Estatais controladas pelo Estado, R\$ 216,4 milhões.



É imprescindível destacar que a proposta orçamentária para 2013 toma como referência o planejamento programático de médio prazo consolidado no Plano Plurianual 2012-2015, norteador das ações governamentais, bem como as metas e prioridades fixadas na Lei Estadual n.º15.203, de 19 de julho de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A expectativa de crescimento da economia com estabilidade econômica tem sido base importante para definição do cenário macroeconômico e fiscal, com perspectiva favorável de elevação da receita estadual e consequente estímulo ao investimento público e privado, assegurando as condições para sua sustentabilidade a longo prazo.

Nesse contexto, o Governo elegeu como desafios a ampliação das oportunidades econômicas e sociais, o que implica em priorizar as estratégias políticas de continuar crescendo com destaque no cenário nacional, com distribuição de riqueza, perseguindo, assim, o crescimento econômico com inclusão social, proporcionando numa significativa redução da população vivendo em condição de extrema pobreza.

A execução do projeto estadual de desenvolvimento também se apoia no aumento da eficiência da gestão pública consubstanciado no modelo de Gestão por Resultados. Os resultados de governo estão distribuídos em três eixos – Sociedade, justa e solidária, Economia para uma vida melhor e Governo participativo, ético e competente – os quais serão avaliados pelos indicadores que aferem os avanços sociais, econômicos e de gestão obtidos a partir da implementação das políticas públicas.

Assim, o exigido aumento da eficiência das políticas públicas, inicia-se com o reforço da capacidade de investimento, sendo, para isso, essencial, a parceria e a cooperação onerosa ou não onerosa, com o governo federal e as instituições financeiras e de cooperação técnica internacional.

Na composição das despesas da proposta orçamentária de 2013, destaca-se o gasto com pessoal, onde mais uma vez o governo assegura os reajustes anuais dos servidores mantendo o poder de compra dos salários, honra o compromisso da



correção de distorções de Planos de Cargos e Carreiras e garante a ampliação dos serviços ofertados pelo Estado, valendo-se ainda da política de concursos e ingressos de novos servidores. Isso tudo, em plena observância aos limites legais impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto às despesas correntes, o Estado mantém os serviços administrativos necessários ao funcionamento da máquina estatal, sempre buscando a racionalização destes custos. No entanto, despesas finalísticas novas foram incorporadas para garantir o funcionamento dos novos equipamentos públicos que foram entregues à sociedade ou que serão no decorrer do exercício de 2013.

Em 2013 o governo dará continuidade a grandes obras como a ampliação do Porto do Pecém, implantação do Metrô e do VLT, Cinturão das Águas, Acquário, Hospital Regional do Sertão Central, Duplicação da CE 085, além de projetos de melhoria urbana nas áreas do Cocó, Maranguapinho e Dendê.

Concluo ratificando o meu compromisso de fazer mais e melhor pelo Estado do Ceará, priorizando a interlocução com a sociedade, com práticas de participação, transparência, ética e consolidação da cidadania e do controle social por parte da população cearense.

Demonstrada a relevância da matéria, solicito o especial apoio de V.Exa. no regular encaminhamento e tramitação desta proposição, esperando contar com sua aprovação.

Na oportunidade, reitero a V.Exa. e aos ilustres deputados dessa Augusta Casa do Povo, protestos de elevado apreço e de distinguida consideração.



CID FERREIRA GOMES
Governador

À Sua Excelência o Senhor
Deputado Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

